

MEMORANDO INTERNO N° 115/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de troca de marca c/c reequilíbrio de item – Pregão Eletrônico – SRP – n° 09/2023

Interessado: ALFALAGOS LTDA- ARP N° 91/2023

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do **ITEM 378 – SORO (SOLUÇÃO) FISIOLÓGICO CLORETO DE SÓDIO 0,9%, FRASCO COM GOTEJADOR**. Informo que o último volume do referido processo já se encontra neste departamento.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 20 de setembro de 2023.

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

De: SAC - ALFALAGOS <atendimento@alfalagos.movidesk.com>
Enviado em: quarta-feira, 20 de setembro de 2023 11:35
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: Novo ticket: TROCA DE MARCA / REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - MUNICIPIO PRESIDENTE PRUDENTE - CIOP - LIC.1356
Anexos: NF 26719 ARBORETO 23 02 23.pdf; NF 209228 RIOQUIMICA 01 09 23.pdf; FORA DE LINHA - SOL FIS EX.pdf; TROCA DE MARCA E REEQUILÍBRIO.pdf

- Não escreva abaixo dessa linha -

Olá, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA,

Informamos que a nossa equipe de atendimento registrou um ticket em seu nome.



Jurídico 20/09/2023 11:35 (UTC-03:00 Horário de Brasília (São Paulo)) 1

Prezados, Bom dia!

Segue anexo, solicitação de troca de marca combinado com reequilíbrio econômico financeiro relacionado ao

PREGÃO ELETRÔNICO 09/2023

PROCESSO 11/2023

ATA 91/2023

Pedimos gentilmente que avaliem e nos posicionem em até 7 dias, otimizando o acordo entre as partes.

Caso não seja o responsável, gentileza encaminhar aos cuidados do mesmo.

Gratos por sua compreensão

Aguardo retorno.

Atenciosamente,



Se precisar acrescentar mais detalhes ao seu ticket, fique a vontade para responder esse e-mail.

Cordialmente,

Central de atendimento

ALFALAGOS LTDA.

Prezados, Bom dia!

Segue anexo, solicitação de troca de marca combinado com reequilíbrio econômico financeiro relacionado ao

PREGÃO ELETRÔNICO 09/2023

PROCESSO 11/2023

ATA 91/2023

Pedimos gentilmente que avaliem e nos posicionem em até 7 dias, otimizando o acordo entre as partes. Caso não seja o responsável, gentileza encaminhar aos cuidados do mesmo.

Gratos por sua compreensão

Aguardo retorno.

Atenciosamente,



(MDK195737279980028)

Este email foi gerado por Movidesk





À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO PRESIDENTE PRUDENTE-SP

PREGÃO ELETRÔNICO: 09/2023

PROCESSO: 11/2023

ALFALAGOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/0001-14, estabelecida na Avenida Alberto Vieira Romão, n. 1700 – Distrito Industrial, na cidade de Alfenas/MG, CEP 37.135-516, doravante simplesmente denominada Contratada, devidamente representada, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria; formular **PEDIDO DE TROCA DE MARCA COMBINADO E REQUERIMENTO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OU DESISTENCIA** relacionado a Item 378 - SOL FIS CLOR SODIO 0,9% 100ML USO EXT N/ESTERIL, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

A Requerente já qualificada sagrou-se vencedora no processo licitatório em epígrafe em alguns itens, dentre eles o Item 378 - SOL FIS CLOR SODIO 0,9% 100ML USO EXT N/ESTERIL, o qual foi registrado para o Ente Público sob a marca ARBORETO, sendo comercializado normalmente pelo fabricante na época do certame, porém por fatos supervenientes, o Laboratório que produz o medicamento de marca supracitada, conforme e-mail que segue em anexo para comprovação, informou recentemente que sua produção está temporariamente comprometida, impossibilitando que a requerente adquira o produto para envio aos contratantes quando solicitados, enfatiza-se que não há previsão para normalização da produção pelo fornecedor.

Considerando que o item faz parte do contrato celebrado entre o Nobre Ente Público e a Requerente, visando evitar o desabastecimento dos contratantes, a mesma diligenciou a outros fabricantes do medicamento, visando adquiri-lo para manutenção dos fornecimentos quando houvesse solicitações, entretanto, o laboratório que possui disponibilidade de fabricação do medicamento pratica preços de custo demasiadamente superior ao de marca registrada para o Órgão, sendo impossível manter o preço ofertado para a marca a ser ofertada, sendo assim, não resta nenhuma alternativa senão o **envio da presente solicitação de troca de marca, combinado com requerimento de reequilíbrio econômico financeiro ou diante da impossibilidade de deferimento da solicitação inicial, requerer a compreensão do Órgão deferindo a desistência de tal item junto a Ata de Registro de Preços/Contrato**, pelos fundamentos abaixo expostos:

Descrição dos Itens registrado/Contratado no Processo Licitatório:

- **SOL FIS CLOR SODIO 0,9% 100ML USO EXT N/ESTERIL da MARCA ARBORETO**, foi contratado/registoado pelo valor de R\$ 1,60 (Um real e sessenta centavos).

Descrição do item da marca disponível de qualidade e eficácia iguais ou superiores ao registrado/contratado, conforme requisito disposto no Edital:

- **SOL FIS CLOR SODIO 0,9% 100ML USO EXT N/ESTERIL da MARCA RIOQUIMICA**, que somente é possível entregar no valor de R\$ 1,73 (Um real e setenta e três centavos).

Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3761-0450

Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67
Rua XV de Novembro, 1510, Ite 6, quadra 2 - Vila
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.185-100
sac@alfalagos.com.br



Conforme demonstrado e explanado abaixo, tais fatos preenchem os requisitos que autorizam a substituição da marca inicialmente registrada, bem como a recomposição da equação econômico-financeira do contrato administrativo, cuja possibilidade jurídica está assim disposta no ordenamento brasileiro.

2. DA TROCA DE MARCA E REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

Inicialmente cabe enfatizar que a troca de marca é plenamente cabível no caso em comento, pois o fornecedor que produz o item da marca contratada/registrada no processo licitatório informou à requerente que o não possui o item em estoque e sem previsão para o abastecimento, o que impossibilita a licitante de adquiri-lo para atendimento a pedidos que venham a ser feitos pelo contratante.

Contudo, para que possamos efetuar a troca da marca se faz necessária a preservação da equação econômico financeira do contrato, uma vez que conforme será demonstrado não é possível manter o valor inicialmente registrado para a marca a ser ofertada, uma vez que o valor de custo é demasiadamente superior.

A necessidade de se preservar a equação econômica financeira do contrato encontra guarida no artigo 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual nos traz que devem ser mantidas as condições efetivas da proposta, sendo o instituto do reequilíbrio econômico financeiro protegido pelo artigo 65, II, "d" da lei geral de Licitações (Lei 8666/93).

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

A garantia do equilíbrio da equação econômico-financeira impõe, portanto, ao contratante que altere a remuneração do contratado sempre que sobrevier circunstância excepcional capaz de tornar mais onerosa a execução do contrato, como no caso em tela, em que para manutenção do fornecimento do item se faz necessário efetuar a troca de marca diante a indisponibilidade de produção por parte do laboratório fabricante da marca inicialmente contratada, sendo que o fabricante que possui atualmente disponibilidade de estoque e produção pratica preço superior ao anterior, inviabilizando a entrega do item ao Ente Público pelo valor inicialmente contratado,

Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Bomão, 1700 -
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100
sac@alfalagos.com.br



uma vez que causaria um desequilíbrio contratual e prejuízos à licitante, que depende exclusivamente de fabricantes e importadores para aquisição dos medicamentos e materiais hospitalares que comercializa.

A forma de reajustamento apontada por Justen Filho e que melhor se adequa ao caso demonstrado neste requerimento é a **revisão ou recomposição de preços**, que se funda na **comparação entre situações existentes em dois momentos distintos: (1º) vantagens e encargos quando da formulação da proposta e (2º) em um momento posterior, por exemplo, quando do fornecimento do bem objeto do contrato.**

Ainda de acordo com o Nobre Doutrinador Rafael Carvalho de Rezende Oliveira em sua obra *Licitações e Contratos administrativos* preceituam que **"a revisão representa um direito do contratado e um dever do Estado que deve ser observado independente de previsão contratual sempre na hipótese em que for constatado o desequilíbrio dos ajustes"**

O próprio TCU prevê a possibilidade de revisão a qualquer tempo, vez que **prevalece a garantia do equilíbrio econômico-financeiro mitigando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório face ao princípio da vedação do enriquecimento sem causa.** Vejamos:

As cláusulas de reajuste contratual podem e devem ser revistas a qualquer tempo, em respeito à prevalência da garantia de manutenção da equação econômico-financeira do contrato. Deve-se, assim, rejeitar a vinculação 'cega' ao ato convocatório, à vista da preponderância do princípio do equilíbrio contratual em conjunto com o princípio da vedação de enriquecimento sem causa. (TCU - Acórdão 36/2008-Plenário, Data da sessão: 23/01/2008, relator: Raimundo Carreiro).

Constata-se ainda que seja pressuposto para incidência do reequilíbrio econômico financeiro a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou se previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, bem como por caso fortuito, força maior ou fato príncipe, configurando álea econômica contratual.

O caso em tela enquadra-se a todos os preceitos elencados que geram o direito ao reequilíbrio contratual, pois, a troca de marca é ocasionada devido à falta do produto junto ao fabricante, obrigando a requerente a buscar outros fornecedores, que por sua vez praticam preços superiores ao praticado pelo fabricante da marca inicialmente registrada, o que deve ser considerado como um fato imprevisível e de consequências incalculáveis, que impede a execução do contrato, bem como também tipificado como caso fortuito e força maior que causa álea econômica extraordinária.

Assim, resta devidamente comprovada a hipótese fática a possibilitar a adoção da referida medida, considerando a diferença substancial no preço do item de marca inicialmente registrada e da marca para qual foi solicitada a troca, conforme documentos comprobatórios em anexo.

Sendo assim, para evitamos o cancelamento do item, alternativa não há se não a competente troca de marca e recomposição de preços, alterando a marca de ARBORETO para RIOQUIMICA, bem como reequilibrando o preço registrado, o qual será recomposto conforme o permitido em lei, mantendo o mesmo padrão de composição de quando da participação do

Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100
sac@alfalagos.com.br

certame, inclusive não havendo alteração que seria obtido anteriormente.

3. DA PLANILHA DE RECOMPOSIÇÃO DE VALORES

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	Nº ANTERIOR	VALOR Nº ANTERIOR	ICMS (12%)	CUSTO OPERACIONAL (18%)	LUCRO	VALOR GABO
279	SOL. PS GLOR SCING 0,9% 180ML USO EXT N° 279/18	25719	1,45	0,174	0,292	-0,32	1,80

Nº ATUAL	VALOR Nº ATUAL	ICMS (12%)	CUSTO OPERACIONAL (18%)	LUCRO	VALOR REAJUSTADO
209228	1,55	0,19	0,312	-0,32	1,73

4 - DO REQUERIMENTO SUBSIDIÁRIO DE DESISTÊNCIA

Diante da impossibilidade do Ente Público proceder com a troca de marca e reequilíbrio econômico financeiro do item supracitado, alternativa não resta senão formular o presente requerimento de desistência, com base no exposto abaixo.

Sabe-se que a Legislação possibilita a tomada de algumas atitudes em situações específicas ocorridas no processo licitatório, de modo a não causar dano entre uma parte em detrimento à outra, dentre as possibilidades elencadas se encontra o cancelamento do registro ou desistência de itens do contrato.

O instituto em questão visa liberar as partes do compromisso assumido, uma vez demonstrada a impossibilidade de cumprimento da obrigação pactuada, que venham a ocorrer por fatos alheios à vontade dos mesmos.

Desta feita diante a falta de produção do item de marca licitada e a diferença nos valores de custo praticado pelos demais fabricantes que impossibilitam a manutenção da obrigação sem que seja feito o ajustamento de preços, não resta alternativa a nosso ver senão proceder com o cancelamento do item junto a Ata de Registro de Preços/Contrato, liberando o requerente de um compromisso que não poderá cumprir e o Ente Público para que possa buscar meios de aquisição junto a outros fornecedores.

A legislação consubstancia-se cristalina ao nos trazer a possibilidade de haver o cancelamento do preço registrado para determinado item da licitação, conforme dispõe o artigo 21 do Decreto N° 7.892 de 23 de janeiro de 2013:

Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:



I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Verifica-se, portanto que tanto a lei geral de licitações quanto a específica do registro de preço nos trazem a possibilidade de cancelamento do item após a fase de habilitação, mesmo no decorrer do termo obrigacional.

Marçal Justen Filho, em sua obra: Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª Edição, Editora Thomson Reuters - Revista dos Tribunais nos traz posicionamentos com relação ao assunto:

"...No entanto, não é cabível submeter a desistência posterior à fase de habilitação à presença dos requisitos da recomposição de preços. Se estiverem presentes tais requisitos, certamente caberá a desistência. Mas a fórmula legal específica (motivo justo) apresenta intencional amplitude e retrata um juízo de cunho ético. O motivo será justo na medida em que propiciar uma situação de injustiça e de desequilíbrio na contratação, inclusive em hipóteses heterodoxas..."

"...A aceitação por parte da Administração reflete uma competência discricionária, o que obviamente não equivale a uma manifestação arbitrária e subjetiva. Cabe à Administração ponderar a situação existente para apurar a existência de um motivo justo, tomando em vista não apenas a própria conveniência mas também as circunstâncias que cercaram a atuação do particular."

No presente caso, o fato superveniente encontra-se nítido uma vez que o próprio fabricante informa não possuir o item em seu estoque temporariamente, não trazendo previsão sequer para normalização da comercialização.

Já o caso fortuito ou força maior também se encontra tipificado através da carta enviada pelo fornecedor, bem como pela nota fiscal que comprova a disponibilidade de laboratório de marca distinta, porém com preço de custo demasiadamente superior ao praticado pelo laboratório da marca licitada inicialmente, inviabilizando a entrega pelo valor inicialmente pactuado.

Denota-se que era impossível prever que o Fornecedor ARBORETO detentor de renome nacional, ficaria com sua produção temporariamente comprometida, sem previsão de normalização, sendo que até a presente data desconhecíamos qualquer notícia de possibilidade de problemas relacionados a ocorrências sobre o aludido produto.

Logo, os fatos em questão prejudicam e impedem o cumprimento do avançado.

Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100
sac@alfalagos.com.br



A medida se faz necessária, porquanto como a Licitante é mera distribuidora de medicamentos e não os produzindo ou importando, ficando adstrita a disponibilidade de fornecimento dos laboratórios e seus preços praticados.

Nesse contexto, demonstrado restou a possibilidade, necessidade e a viabilidade do cancelamento do registro do item **378 - SOL FIS CLOR SODIO 0,9% 100ML USO EXT N/ESTERIL**, enquadrando em todas as tipificações legais e morais que dão margem a solicitação.

5 - DOS PEDIDOS

Diante da justificativa, fundamentos e documentos que comprovam as alegações, bem como amparado por legislação específica e considerando o ótimo relacionamento entre as partes, requer:

- A) Que seja analisada e defendida a troca de marca e o reequilíbrio econômico financeiro pretendido, modificando o registro de marca ARBORETO para a marca RIOQUIMICA, bem como que o valor seja recomposto de R\$ 1,60 para R\$ 1,73, conforme planilha demonstrativa, a fim de que se mantenha o fornecimento do item por meio da Ata de Registro de Preços/Contrato quando requerido pelo Ente Público.
- B) Subsidiariamente, não sendo este o entendimento, por não haver outra solução possível que seja defendido o cancelamento do item **378 - SOL FIS CLOR SODIO 0,9% 100ML USO EXT N/ESTERIL**, excluindo - o de seu rol de produtos adjudicados em Ata/Contrato.
- C) Ao final, requer a isenção de aplicação de qualquer penalidade por se tratar de ato causado por terceiros, supervenientes a vontade desta empresa, no qual a Licitante não concorre com seu acontecimento.

Portanto pedimos a compreensão do relatado, uma vez que o fato ocorrido foi provocado por motivos fortuitos à vontade desta empresa.

Considerando a elevada estima por este órgão, desde já agradecemos e aguardamos o parecer.

Alfenas, 19 de setembro de 2023.

ALFALAGOS
LTDA:051945020
00114

Assinado de forma digital
por ALFALAGOS
LTDA:05194502000114
Dados: 2023.09.20 09:08:30
-03'00'

ALFALAGOS LTDA.
CNPJ nº 05.194.502/0001-14

Matriz
CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

Filial
CNPJ: 05.194.502/0004-67
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100
sac@alfalagos.com.br

contratos3@alfalagos.com.br

De: Arboreto Vendas <arboreto2@hotmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 18 de setembro de 2023 14:16
Para: Melquesedeque
Assunto: RE: COTAÇÃO - 68-23 - A - SOL FIS USO EXTERNO

Boa tarde,

A produção do soro de 100ml estará fora da linha de produção enquanto a demanda estiver alta, pois é o produto que tem a demanda em menor escala e vamos priorizar os tamanhos de 250ml e 500ml.

Sem previsão ainda do retorno.

At:
Christiano A. Souza - Vendas
Laboratório Farmacêutico Arboreto Ltda
(32) 3212-4007
(32) 38453-2621
arboreto2@hotmail.com
www.laboratorioarboreto.com.br



Faturamento/Financeiro
atendimento@laboratorioarboreto.com.br - Kátia
atendimento1@laboratorioarboreto.com.br - Alessandra
cobranca@laboratorioarboreto.com.br - Sandra

Comercial/Logística

arboreto2@hotmail.com - Cristiano
arboreto32@hotmail.com - Sabrina
arboreto5@hotmail.com - Guilherme
vendas.arboreto@hotmail.com - Marco Aurélio

Antes de imprimir, pense na sua responsabilidade social. Menos papel, mais árvores!

De: Melquesedeque <depcompras8@alfalagos.com.br>
Enviado: segunda-feira, 18 de setembro de 2023 13:09
Para: 'Arboreto Vendas' <arboreto2@hotmail.com>
Assunto: RES: COTAÇÃO - 68-23 - A - SOL FIS USO EXTERNO

Christiano quanto ao soro de 100ml.

A produção está suspensa?
Tem expectativa de retomada para voltarmos a cotar?

Att.:



De: Arboreto Vendas <arboreto2@hotmail.com>
Enviada em: segunda-feira, 18 de setembro de 2023 10:09
Para: Melquesedeque <depcompras8@alfalagos.com.br>
Assunto: RE: COTAÇÃO - 68-23 - A - SOL FIS USO EXTERNO

Bom dia, Melque

Segue e simulação.

Obrigado.



Faturamento/Financeiro

atendimento@laboratorioarboreto.com.br – Kátia
atendimento1@laboratorioarboreto.com.br – Alessandra
cobranca@laboratorioarboreto.com.br – Sandra

Comercial/Logística

arboreto2@hotmail.com – Christiano
arboreto3@hotmail.com – Sabrina
arboreto5@hotmail.com – Guilherme
vendas.arboreto@hotmail.com – Marco Aurélio

Antes de imprimir, pense na sua responsabilidade social. Menos papel, mais árvores!

De: Melquesedeque <lepcompri@s8@alfalagos.com.br>

Enviado: segunda-feira, 18 de setembro de 2023 07:37

Para: 'Arboreto Vendas' <arboreto2@hotmail.com>

Cc: depcompras9@alfalagos.com.br <depcompras9@alfalagos.com.br>
Assunto: RES: COTAÇÃO - 68-23 - A - SOL FIS USO EXTERNO

Bom dia!

Cristiano,
Consegue me passar uma cotação para os itens?
Condições para atendimento?

Att.:



De: Melquisedeque <depcompras8@alfalagos.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 14 de setembro de 2023 09:11
Para: 'Arboreto Vendas' <arboreto2@hotmail.com>
Cc: 'depcompras9@alfalagos.com.br' <depcompras9@alfalagos.com.br>
Assunto: COTAÇÃO - 68-23 - A - SOL FIS USO EXTERNO

A
ARBORETO
A/C
Cristiano

Bom dia,

Solicito cotação para compra direta do item abaixo:

COD	DESCRIÇÃO	QTD	U.M	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	ALÍQUOTAS (%)		
						IPÍ	ICMS	ST
28849	SOL FIS CLOR SODIO 0,9% 500ML USO EXT N/ESTERIL C/24 FC	15.000						
28851	SOL FIS CLOR SODIO 0,9% 250ML USO EXT N/ESTERIL C/24 FC	2.000						
28852	SOL FIS CLOR SODIO 0,9% 100ML USO EXT N/ESTERIL C/24 FC	9.000						
COMENTÁRIOS/HISTÓRICO								
TOTAL BRUTO (R\$)								
DESCONTO (%)								
TOTAL LÍQ. S/ IMPOSTOS (R\$)								
DATA REAL DE ENTREGA								
COND. PAGAMENTO								
FRETE (CIF/FOB)								
<p>“IMPORTANTE”</p> <p>- Informar “Aliquotas de IPÍ - ICMS - ST - Base Reduzida (Se houver)” / “NCM”, cont. faturado na sua NF-e</p> <p>Se a empresa for optante do Simples Nacional, informar “Aliquota vigente”.</p> <p>- Informar quando o Prazo de Validade do produto for menor que 01 ano.</p> <p>Obs.: Regime especial ALFALAGOS: Estamos enquadrados na categoria de distribuidor hospitalar, o ICMS/ST não se aplica</p> <p>ALFALAGOS/MG (MATREG) - CNPJ 05.194.502/0001-14 End.: Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Bairro Distrito Industrial Cidade: Alfama/MG - CEP: 37135-516</p> <p>ALFALAGOS/SP (FRLIAL) - CNPJ 05.194.502/0004-67 End.: Rua 15 de Novembro, 1810 Lote 6 Quadra 2 Bairro: Condomínio Industrial 15 de Novembro Cidade: Odeassa/SP - CEP: 13305-100</p>								

Qualquer dúvida, entrar em contato.
Atenciosamente,

Melquesedeque C. de Paulo

Departamento de Compras

Telefone: (33) 3701-0430 | Ramal: 483

Skype: dispcompra33@allogos.com.br

Av. Alberto Vieira Romão 1700 | 37135-514 | Alfenas/MG



www.allogos.com.br

Recbemos de RIOQUIMICA S.A os produtos e/ou serviços constantes na Nota Fiscal Eletrônica indicada abaixo. Emissão: 01/09/2023 Valor Total: R\$ 24.120,15 Destinatário: ALFALAGOS LTDA

NF-e

Nº.: 000.209.228
Série: 1

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBIDOR

RIOQUIMICA S.A

R. SÃO PAULO, Nº. 10, SN

VILA MACINGO - CEP: 15060-035

S.J. RIO PRETO - SP Fone: 551740094288

DANFE

Documento Auxiliar da

Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

Nº.: 000.209.228

Série: 1

Folha 1/1

CHAVE DE ACESSO

3523 0955 6435 5500 0305 5500 1000 2092 2813 1004 4489

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Setax Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO

135231451314668 - 01/09/2023 17:49:28

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDE DE PRODUÇÃO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

647459877110

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

4987754980161

CNPJ

55.643.555/0003-05

DESTINATÁRIO / REMETENTE

CNPJ / CPF

05.194.502/0001-14

DATA DE EMISSÃO

01/09/2023

RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA

BAIRRO / DISTRITO

DISTRITO INDUSTRIAL

CEP

37135-516

DATA ENTRADA / SAÍDA

01/09/2023

ENDERECO

AV ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1700

MUNICÍPIO

ALFENAS

UF

MG

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

HORA ENTRADA / SAÍDA

17:23:00

FONE / FAX

(03) 53701-0450

UF

MG

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

FATURA / DUPLICATA		001	Número	002	Número	003	Número	004	Número	005	Número
Vencimento		29/09/2023	Vencimento	06/10/2023	Vencimento	13/10/2023	Vencimento	20/10/2023	Vencimento	27/10/2023	Vencimento
Valor		R\$ 4.824,03	Valor	R\$ 4.824,03	Valor	R\$ 4.824,03	Valor	R\$ 4.824,03	Valor	R\$ 4.824,03	Valor

CÁLCULO IMPORTE		VALOR DO ICMS	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI
21.732,26		2.607,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	451,76	24.120,15
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.129,72	24.120,15

TRANSPORTADOR / VOLUME TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

ATIVA DISTRIBUIÇÃO LOGISTICA LTDA

PLATE

0-Por conta Remetente

CODIGO ANTT

PLACA DO VEICULO

UF

CNPJ / CPF

01.125.797/0014-30

ENDERECO

ROD MARGINAL ASSIS CHATEAUBRIAND, KM 179

MUNICÍPIO

SÃO JOSE DO RIO PRETO

UF

SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL

647328763119

QUANTIDADE

436,000

ESPECIE

CX PAPELÃO

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

3.075,446

PESO LIQUIDO

2.999,610

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS		CODIGO PRODOTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM	Q/CT	CFOP	UN	Q/ART	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	ICMS	ICMS	ICMS	ICMS	ICMS	ICMS
		094010201	PRODUTOS FISIOLÓGICOS (NOMAL ALM - RJ) A: 2303448 B: 2106/2023 C: D: E: F:	30049099	020	5-101	UN	1.000,00	1,55	4.780,00	4.780,00	517,54	0,00	12,00	0,00	0,00
		094010202	PRODUTOS FISIOLÓGICOS (NOMAL ALM - RJ) A: 2303448 B: 2107/2023 C: D: E: F:	30049099	020	5-101	UN	60,00	3,87	232,20	232,20	25,11	0,00	12,00	0,00	0,00
		094010203	PRODUTOS FISIOLÓGICOS (NOMAL ALM - RJ) A: 2303448 B: 2107/2023 C: D: E: F:	30049099	020	5-101	UN	1.482,00	3,87	5.746,95	5.746,95	621,36	0,00	12,00	0,00	0,00
		094010204	PRODUTOS FISIOLÓGICOS (NOMAL ALM - RJ) A: 2303448 B: 2107/2023 C: D: E: F:	30049099	020	5-101	UN	2.230,00	3,87	8.630,10	8.630,10	914,56	0,00	12,00	0,00	0,00
		094010205	PRODUTOS FISIOLÓGICOS (NOMAL ALM - RJ) A: 2303448 B: 2107/2023 C: D: E: F:	30049099	020	5-101	UN	2.230,00	3,87	8.630,10	8.630,10	914,56	0,00	12,00	0,00	0,00
		094010206	PRODUTOS FISIOLÓGICOS (NOMAL ALM - RJ) A: 2303448 B: 2107/2023 C: D: E: F:	30049099	020	5-101	UN	2.230,00	3,87	8.630,10	8.630,10	914,56	0,00	12,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INSCRIÇÃO DO CONTRIBUÍVEL

LOCAL DE ENTREGA: 05194502000114 - AV ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1700 - - DISTRITO INDUSTRIAL - ALFENAS/MG

1º Contribuinte: pedido 3137 Redução da base de cálculo conforme convenio ICMS 34/2006 6101 21.732,26 - 2.607,87 Pedido: 825624 Vendedor: 328457 De impressao: 2023-09-01 17:47:55 Carga : 000007 Declaramos que os produtos citados neste NF estão adequadamente acondicionados p/ suportar os riscos normais das etapas necessarias a uma operacao de transporte, tais como carregamento, descarregamento, transbordo e transporte e que atendem a regulamentacao em vigor, sendo estas resolucoes ANTT NR 420/4 alterada p/ resolucoes ANTT NR 701/04 e 1644/06, REGIME ESPECIAL CONF. ART. PORTARIA SUTRI Nº 1.067/21 e Portaria CAT 118/17 Email do Destinatário: tsoche.nfe@alfalagos.com.br; ativaripreto@ativalog.com.br

RESERVAÇÃO DE FISCO

1675

RECEBEMOS DE Laboratório Farmacêutico Arboreto LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO		NF-e Nº 26719 SÉRIE:1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

 Laboratório Farmacêutico Arboreto LTDA R. PARANA,121, POÇO RICO JUIZ DE FORA, MG - CEP: 36020000 - Fone/Fax: 032-3212-0386 atendimento@laboratorioarboreto.com.br	DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída	 CHAVE DE ACESSO 3123024192114000160560010000267191865314724 Consulta de autenticidade no portal nacional de NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada
	Nº 26719 SÉRIE:1 Página 1 de 2	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA PRODUÇÃO SUBS. TRIBUTÁRIA-		
INSCRIÇÃO ESTADUAL 36779908900053	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	

DESTINATÁRIO/REMETENTE		CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
NOME/RAZÃO SOCIAL ALFALAGOS LTDA.		05.194.502/0006-29	23/02/2023
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	CEP	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
AV ALBERTO VIEIRA ROMAO 1700-TERREOSAL A 2	DISTRITO INDUSTRIAL	37135-516	23/02/2023
MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE ENTRADA/SAÍDA
ALFENAS	MG	0161892410478	09:27:36

Nº Venc	Valor	Nº Venc	Valor	Nº Venc	Valor
1 04/04/2023	23.622,88	2 14/04/2023	23.622,87	3 24/04/2023	23.629,96

BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST		VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
44.392,57		7.990,66	86.929,38		13.741,69	46.986,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA	
0,00	0,00	0,00	0,00	7.146,00	70.875,69	

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA	SÍMBOLO MNT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
RAZÃO SOCIAL		1-Destinatário				
ENDEREÇO		MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	
1265	CXS			11.995,000	11.995,000	

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/ST	DTI	DTOP	UNID	QTD	VL. UNIT	% Desc.	VL. Desc.	VL. TOTAL	ICMS	VL. ICMS	VL. IPI	VL. OUTROS	VL. TOTAL
101	884. E1010004112-1, 11-1 (100 ML) DE 0,744 ML Lote: 2101199112 Dat Valid: 6/10/2023 Qtd: 120 CNPJ: 0161892410478-0001-90 CNPJ: 0161892410478-0001-90	33079000	075	9401	CA	120.000	34.900		0,00	4.176,00	2.756,71	667,27	587,12	10,00	94,30
102	026. 41002010112-1, 11-1 (100 ML) DE 0,744 ML Lote: 2101199112 Dat Valid: 6/10/2023 Qtd: 120 CNPJ: 0161892410478-0001-90 CNPJ: 0161892410478-0001-90	33079000	075	9401	CA	60.000	31.400		0,00	18.720,00	16.625,23	2.002,34	2.875,98	18,00	14,30
103	026. 41002010112-1, 11-1 (100 ML) DE 0,744 ML Lote: 2101199112 Dat Valid: 6/10/2023 Qtd: 120 CNPJ: 0161892410478-0001-90 CNPJ: 0161892410478-0001-90	33079000	075	9401	CA	948.000	42.900		0,00	27.080,50	24.088,61	4.000,55	3.875,87	18,00	94,30

CÁLCULO DO ISSQN		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
INSCRIÇÃO MUNICIPAL		061575003		

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Exclusão ICMS BC PIS/COFINS: 7.990,66 conf. Proc. Judicial: 37168820154013801 REGIME MONOFÁSICO: PIS 2,20% COFINS 10,50% CONFORME LEI Nº 10.147/2000, ARTIGO 1º, INCISO I, ALÍNEA "A". TRANSP/CLIENTE: FAVOR ASSINAR E CARIMBAR CANHOTO DA DANFE "REGIME ESPECIAL". RET-PTA Nº 45.000014962-21" ATENÇÃO: NÃO ACEITE SUBSTITUIÇÃO DE BOLETOS SEM CONFIRMAÇÃO OFICIAL DO	RESERVADO AO FISCO
--	---------------------------



1686
ref

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: ALFALAGOS LTDA

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO
ITEM 378 – SORO (SOLUÇÃO) FISIOLÓGICO.C LORETO DE DE SÓDIO 0,9%.
FRASCO COM GOTEJADOR**

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao Item 378 – SORO (SOLUÇÃO) FISIOLÓGICO.C LORETO DE DE SÓDIO 0,9%. FRASCO COM GOTEJADOR, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **ALFALAGOS LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 09/2023**, com solicitação juntada aos autos, alegando que houve desabastecimento do produto junto ao seu fornecedor inicial, pleiteando, então, a troca de marca e o reequilíbrio econômico financeiro, com pedido subsidiário de cancelamento do item.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a



orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

O seu pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.



O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1689
[Handwritten signature]

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os **PROVÁVEIS RISCOS JÁ CONHECIDOS PELO SEU MERCADO**.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, podendo chegar a um ano**.

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim, variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise.

Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

1690
10/1

g 5/12

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilho, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisíveis e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevisível (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisíveis e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Ademais, conforme estipulado pela cláusula 11.9.1. do edital de licitação: **"REALINHAMENTOS DE PREÇOS NÃO SERÃO ADMITIDOS EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS"**.

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:

Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado.
Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 2795/2013 – Plenário

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993. Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato. Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Merece destaque o importante Princípio da Vinculação ao Edital, positivado no art. 5 da Lei 14.133/2021 e arts. 3 e 41 da Lei 8666/1993, segundo o qual impõe-se ao licitante e à Administração o dever de observância, de forma objetiva, das normas editalícias, de modo a evitar prejuízos, principalmente ao Princípio da Impessoalidade e Legalidade.



Hely Lopes Meirelles afirma que o edital (ou a carta-convite) é "a lei interna da licitação", enfatizando que ele, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a administração que o expediu. Na mesma senda são os ensinamentos de Celso Spitzcovsky:

A existência desse princípio se justifica na medida em que, surgindo o edital como lei interna das licitações, a partir do instante em que suas regras se tornam públicas, tanto a Administração quanto os licitantes estarão a elas vinculados.

Dessa forma, nem o Poder Público poderá delas se afastar, estabelecendo, por exemplo, um novo critério de julgamento, nem os particulares participantes do certame poderão apresentar propostas, ainda que mais vantajosas, lançando mão de subterfúgios não estabelecidos no edital.

Isto posto, deve-se trazer à baila o que dispõe o edital do presente pregão, especificamente os itens 3.2 e 11.9.1: "realinhamentos de Preços não serão admitidos em Atas de Registro de Preços", sendo tal posição de acordo com os termos do julgamento TCE/SP, Processo nº 00001135.989-8, 8ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno. Julgado em 24/03/2021, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini.

Não se vislumbra a possibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão as atas de registro de preço e a proibição para realização de realinhamento, conforme decisão retro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e as cláusulas do edital.

Quanto à troca de marca, importante destacar o item 5.5 do Edital de Pregão 09/2023, que prevê como responsabilidade da empresa licitante **"ENTREGAR O PRODUTO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUALIDADE COMPATÍVEIS COM A PROPOSTA"**.

Assim, a nova marca, que será fornecida em substituição à marca originalmente ajustada, deverá ser de **QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À MARCA ORIGINAL**, sob pena de rejeição do produto pela Administração Pública, nos



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

termos do art. 76 da LEI 8.666/1993, bem como da configuração do crime de fraude em licitação, tipificado no art. 337-L do DECRETO-LEI No 2.848/1940.

Ato Contínuo, passa-se à análise do pedido subsidiário de desistência/cancelamento, sob o argumento da requerente de que houve desabastecimento do produto junto ao seu fornecedor inicial.

Tem como fulcro de sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

Como acima mencionado, o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Da mesma forma que no reequilíbrio econômico-financeiro, aplica-se ao pedido de cancelamento a teoria da imprevisão, de modo que o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional, caso haja comprovação da ocorrência de: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Ademais, há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está "enriquecendo sem causa", pois se trata de um instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

1694
7/8
fgh

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento

detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela mencionada empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (In Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do

item em que a empresa licitante se sagrou vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica **opina:**


I – Pelo deferimento da troca/substituição da marca do item ITEM 378 – SORO (SOLUÇÃO) FISIOLÓGICO.C LORETO DE DE SÓDIO 0,9%. FRASCO COM GOTEJADOR;

II - Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa **ALFALAGOS LTDA** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

III - Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa supra sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.


Presidente Prudente/SP, 27 de setembro de 2023.



Sérgio Ricardo Stuari
Diretor Jurídico



Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico



Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 122/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de troca de marca c/c reequilíbrio de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 09/2023

Interessado: ALFALAGOS LTDA- ARP Nº 91/2023

Após solicitação de troca de marca c/c reequilíbrio de item, às fls. 1.642/1.657, sobre o **ITEM 378 – SORO (SOLUÇÃO) FISIOLÓGICO CLORETO DE SÓDIO 0,9%. FRASCO COM GOTEJADOR**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 1.686/1.697, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 04 de outubro de 2023.

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de troca de marca c/c

Interessado: ALFALAGOS LTDA

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Assunto: Pedido de troca de marca c/c

Interessado: ALFALAGOS LTDA

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de troca de marca c/c

Interessado: ALFALAGOS LTDA

Assunto: Pedido de troca de marca c/c

Interessado: ALFALAGOS LTDA

Assunto: Pedido de troca de marca c/c

Interessado: ALFALAGOS LTDA

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de troca de marca c/c reequilíbrio de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 09/2023
Interessado: ALFALAGOS LTDA - CNPJ 05.194.502/0004-67 - ARP Nº 91/2023

Trata-se de solicitação de troca de marca c/c reequilíbrio do **ITEM 378 – SORO (SOLUÇÃO) FISIOLÓGICO CLORETO DE SÓDIO 0,9%. FRASCO COM GOTEJADOR**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 91/2023, alegando, em síntese, houve o desabastecimento do produto junto ao fornecedor inicial.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 1.677/1.685, e **DELIBERO** pelo **ACOLHIMENTO PARCIAL** da solicitação realizada pela empresa **ALFALAGOS LTDA - CNPJ 05.194.502/0004-67 - ARP Nº 91/2023**, podendo realizar a troca de marca, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 04 de outubro de 2023.



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de troca de marca c/c reequilíbrio. Pregão Eletrônico nº 09/2023. Interessada: ALFALAGOS LTDA - CNPJ 05.194.502/0004-67 - ARP Nº 01/2023. Decisão: Delibero acolhimento parcial do pedido de troca de marca c/c reequilíbrio do ITEM 378 – SORO (SOLUÇÃO) FISIOLÓGICO CLORETO DE SÓDIO 0,9% - FRASCO COM GOTEJADOR, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP, Presidente Prudente, 04 de outubro de 2023.

